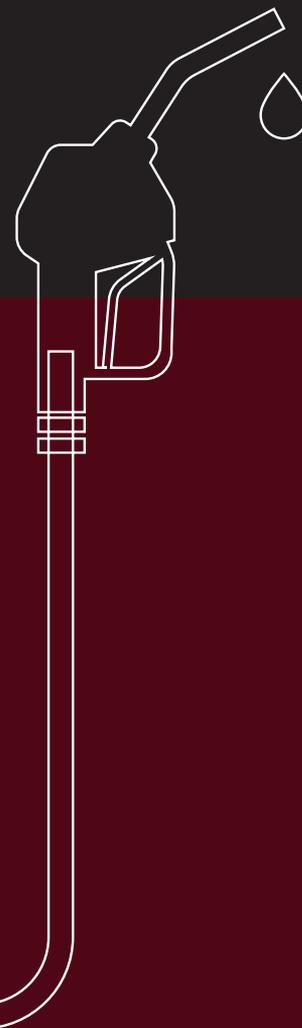


Crise dos combustíveis:

entenda a política de preços do setor



Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos

Crise dos combustíveis:
entenda a política de preços do setor

1ª edição

Rio de Janeiro
Federação Interestadual de Sindicatos de Engenheiros
2018



Rua Aurora, 957, 1º andar
CEP: 05001-900 / São Paulo-SP
(11) 3874 5366 / fax (11) 3874 5394
en@dieese.org.br – www.dieese.org.br

Presidente

 **Bernardino Jesus de Brito**

*Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias
de Energia Elétrica de São Paulo – SP*

Vice-presidente

 **Raquel Kacelnikas**

*Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos
Bancários de São Paulo Osasco e Região – SP*

Secretário Nacional

 **Nelsi Rodrigues da Silva**

Sindicato dos Metalúrgicos do ABC – SP

DIRETORIA

Diretor Executivo

 **Alex Sandro Ferreira da Silva**

*Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias
Metalúrgicas Mecânicas e de Material Elétrico
de Osasco e Região – SP*

Diretor Executivo

 **Antonio Francisco Da Silva**

*Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias
Metalúrgicas Mecânicas e de Materiais Elétricos
de Guarulhos Arujá Mairiporã e Santa Isabel – SP*

Diretor Executivo

 **Carlos Donizeti França de Oliveira**

*Federação dos Trabalhadores em Serviços de
Asseio e Conservação Ambiental Urbana e Áreas
Verdes do Estado de São Paulo – SP*

Diretora Executiva

 **Cibebe Granito Santana**

*Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de
Energia Elétrica de Campinas – SP*

Diretora Executiva

 **Elna Maria de Barros Melo**

*Sindicato dos Servidores Públicos Federais do
Estado de Pernambuco – PE*

Diretora Executiva

 **Mara Luzia Feltes**

Sindicato dos Empregados em Empresas de Assessoramentos Perícias Informações Pesquisas e de Fundações Estaduais do Rio Grande do Sul – RS

Diretor Executivo

 **Paulo Roberto dos Santos Pissinini Junior**

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas de Máquinas Mecânicas de Material Elétrico de Veículos e Peças Automotivas da Grande Curitiba – PR

Diretor Executivo

 **Paulo de Tarso Guedes de Brito Costa**

Sindicato dos Eletricitários da Bahia – BA

Diretor Executivo

 **Sales José da Silva**

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Material Elétrico de São Paulo Mogi das Cruzes e Região – SP

Diretora Executiva

 **Zenaide Honório**

Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo – SP

DIREÇÃO TÉCNICA

Diretor Técnico

 Clemente Ganz Lúcio

Coordenador de Educação

 Fausto Augusto Júnior

Coordenador de Relações Sindicais

 José Silvestre Prado de Oliveira

Coordenadora de Pesquisas e Tecnologia

 Patrícia Pelatieri

Coordenadora Administrativa e Financeira

 Rosana de Freitas

Técnico responsável

 Cloviomar Cararine

Revisão técnica

 Adhemar Mineiro

 Iderley Colombini Neto

 Jéssica Naime

 Paulo Jäger

DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente

 **Clovis Francisco do Nascimento Filho**
(Senge-RJ) – Engenheiro civil e sanitarista

Vice-presidente

 **Ubiratan Felix Pereira dos Santos**
(Senge-BA) – Engenheiro civil

Secretário-Geral

 **Valter Fanini** (Senge-PR) – Engenheiro civil

Diretor financeiro

 **Roberto Luiz de Carvalho Freire**
(Senge-PE) – Engenheiro eletricista

Diretora financeira-adjunta

 **Elaine Santana Silva**
(Senge-SE) – Engenheira civil

Diretora da Mulher

 **Simone Baía Pereira Gomes**
(Senge-ES) – Engenheira química

Diretor de Negociação Coletiva

 **Fernando Elias Vieira Jogaib**
(Senge-VR) – Engenheiro eletricista

Diretor Executivo

 **Raul Otávio da Silva Pereira**
(Senge-MG) – Engenheiro eletricista

Diretora Executiva Licenciada

 **Giucelia Araújo de Figueiredo**
(Senge-PB) – Engenheira agrônoma

Diretor Executivo

 **Eduardo Piazero**
(Seagro-SC) – Engenheiro agrônomo

DIRETORES SUPLENTES

Diretor Executivo Suplente

 **Carlos Antônio Magalhaes** (Senge-SE)

Diretor Executivo Suplente

 **Cícero Martins Junior** (Senge-PR)

Diretor Executivo Suplente

 Fernando Ribeiro Queiroz (Senge-MG)

Diretor Executivo Suplente

 Gunter de Moura Angelkorte (Senge-RJ)

Diretor Executivo Suplente

 Jorge Dotti Cesa (Seagro-SC)

Diretor Executivo Suplente

 José Ezequiel Ramos (Senge-RO)

Diretor Executivo Suplente

 Manoel Barretto Neto (Senge-BA)

Diretora Executiva Suplente

 Maria Virginia Brandão (Senge-RJ)

CONSELHO FISCAL - TITULARES

Diretor do Conselho Fiscal

 Adelar Castiglioni Cazaroto (Senge-ES)

Diretor do Conselho Fiscal

 Leandro José Grassmann (Senge-PR)

Diretor do Conselho Fiscal

 Alírio Ferreira Mendes Junior (Senge-MG)

CONSELHO FISCAL - SUPLENTES

Diretor Suplente do Conselho Fiscal

 Geraldo Sena Neto (Senge-RO)

Diretor Suplente do Conselho Fiscal

 Fernando Rodrigues de Freitas (Senge-PE)

Diretora Suplente do Conselho Fiscal

 Silvana Marília Palmeira (Senge-BA)

EXPEDIENTE

Texto: Dieese

Organização e revisão: Camila Marins
(MtB: 47.474/SP)

Diagramação: Renata Coutinho

Ilustração: Ju Gama

Tiragem: 5.000 exemplares

www.fisenge.org.br
www.facebook.com/federacaofisenge
fisenge@fisenge.org.br
comunicacao@fisenge.org.br

Crise dos combustíveis:

entenda a política de preços do setor
Rio de Janeiro: Dieese/Fisenge, 2018.

1ª edição

ISBN: 978-85-64757-07-3

SINDICATOS FILIADOS À FISENGE

SINDICATO DOS ENGENHEIROS DA BAHIA

www.sengeba.org.br | *senge@sengeba.org.br*

SINDICATO DOS ENGENHEIROS NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

www.senge-es.org.br | *senge-es@senge-es.org.br*

SINDICATO DE ENGENHEIROS NO ESTADO DE MINAS GERAIS

www.sengemg.com.br | *sengemg@sengemg.com.br*

SINDICATO DOS ENGENHEIROS NO ESTADO DA PARAÍBA

www.sengepb.com.br | *secretariajp@sengepb.com.br*

SINDICATO DOS ENGENHEIROS NO ESTADO DO PARANÁ

www.senge-pr.org.br | *senge-pr@senge-pr.org.br*

SINDICATO DOS ENGENHEIROS NO ESTADO DE PERNAMBUCO

www.sengepe.org.br
sengepe@hotlink.com.br | *sengepe.adm@gmail.com*

SINDICATO DOS ENGENHEIROS NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

www.sengerj.org.br | *secretaria@sengerj2.org.br*

SEA-RN – SINDICATO DOS ENGENHEIROS AGRÔNOMOS NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

www.searn.org.br | *contato@searn.org.br*

SINDICATO DOS ENGENHEIROS NO ESTADO DE RONDÔNIA

www.senge-ro.org.br | *sengero1985@gmail.com*

SEAGRO-SC – SINDICATO DOS ENGENHEIROS AGRÔNOMOS DE SANTA CATARINA

www.seagro-sc.org.br | *seagro@seagro-sc.org.br*

SINDICATO DOS ENGENHEIROS DE SERGIPE

www.sengese.org.br | *sengese@sengese.org.br*

SINDICATO DOS ENGENHEIROS DE VOLTA REDONDA (RJ)

www.senge-vr.org.br | *senge-vr@senge-vr.org.br*

GOVERNO APROFUNDA CRISE NO BRASIL COM A ALTA DOS COMBUSTÍVEIS

Por Clovis Nascimento*

As sucessivas altas dos preços dos combustíveis, mais de 200 reajustes em poucos meses, provocaram profundos impactos na sociedade brasileira, desde a dificuldade de encontrar gasolina nos postos até a falta de abastecimento de alimentos. Uma greve de caminhoneiros mobilizou o país, consequência da atual política de preços da Petrobras, que adota a paridade internacional. O preço do litro da gasolina aumentou em 47% e o diesel em 38,4%. Hoje, o país ainda enfrenta alta dos preços, isso porque o governo federal não cumpriu o acordo, com os caminhoneiros, de redução das tabelas. Nas casas das famílias brasileiras, o botijão de gás já começa a ser substituído por lenha. Ao longo de 13 anos, entre 2002 e 2015, o preço do botijão vendido pela Petrobras ficou praticamente congelado no Brasil.

Em plena crise econômica, o governo federal aprofunda a pobreza e usa como moeda de troca a sobrevivência das famílias em prol da especulação financeira do mercado internacional. Recentemente, foram leiloadas

três áreas de pré-sal, com uma presença forte de empresas estrangeiras como ExxonMobil e Chevron. Leilões que já passam por novas regras, reduzindo a política de conteúdo local. O Brasil é o 7º maior consumidor de derivados do mundo e uma crise nesse setor interfere diretamente no ciclo produtivo, na economia e indústria nacional.

O petróleo não pode ser tratado como mera commodity, mas sim como bem estratégico para a soberania do país. Foi nesse sentido que em 2008, foi criado o Fundo Soberano, também extinto pelo atual governo.

É necessária uma profunda mudança na gestão da Petrobras, para que esteja realmente comprometida com o interesse público e com a sociedade brasileira. E também é urgente compreender que essa crise é fruto de um golpe político com o impeachment da presidenta Dilma Rousseff. Garantir a soberania nacional, defender a engenharia brasileira e reestabelecer o Estado democrático de direito são tarefas de todos nós, brasileiros e brasileiras.

Clovis Nascimento é engenheiro civil e sanitarista e presidente da Federação Interestadual de Sindicatos de Engenheiros

A ESCALADA DO PREÇO DOS COMBUSTÍVEIS

E AS RECENTES ESCOLHAS DA POLÍTICA DO SETOR DE PETRÓLEO

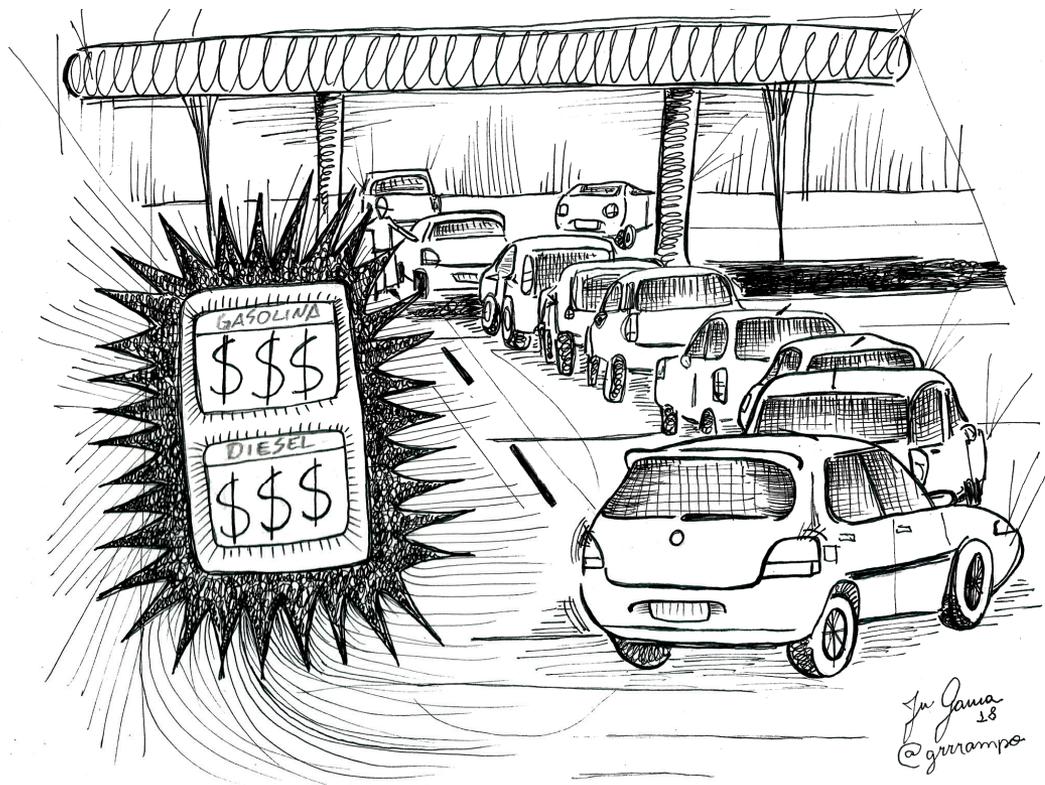
Nos últimos 30 dias¹, a Petrobras reajustou o preço da gasolina e do diesel nas refinarias 16 vezes. O preço da gasolina saiu de R\$ 1,74 e chegou a R\$ 2,09, alta de 20%. Já o do diesel foi de R\$ 2,00 a R\$ 2,37, aumento de 18%. Para o consumidor final, os preços médios nas bombas de combustíveis subiram de R\$ 3,40 para R\$ 5,00, no caso do litro de gasolina (crescimento de 47%), e de R\$ 2,89 para R\$ 4,00, para o litro do óleo diesel (alta de 38,4%).

Em atos e interdições de rodovias pelo país, o movimento que envolve caminhoneiros questiona, entre outros assuntos, a escalada nos preços dos combustíveis, principalmente no do óleo diesel.

1. Entre 22 de abril e 22 de maio de 2018.

O transporte de cargas no Brasil depende fortemente do modal rodoviário. Em poucos dias de interdições, os impactos já são sentidos em várias cidades. A população sente dificuldade para obter

combustíveis e começa a perceber problemas para o acesso a outros produtos, principalmente alimentícios. A mobilidade das pessoas e a prestação de diversos serviços foram afetadas.



POR QUE OS **PREÇOS DE DERIVADOS DE PETRÓLEO** ESTÃO SUBINDO TANTO NO BRASIL?

A escalada nos preços dos derivados no Brasil, neste momento, está relacionada a fatores de natureza conjuntural (principalmente devido a elementos da geopolítica do petróleo e valorização do dólar diante do real) e a fatores internos (escolhas da política de preços adotada pela Petrobras).

O CENÁRIO EXTERNO E O **AUMENTO DO PREÇO DO PETRÓLEO**

Nos últimos três meses, houve crescimento expressivo (cerca de 23%) da cotação do barril de petróleo no mercado internacional, principalmente em razão do retorno das sanções dos Estados Unidos (EUA) sobre o Irã, do aumento geral da tensão no Oriente Médio, envolvendo Israel, Palestina e Síria, e da queda na produção de petróleo da Venezuela. Irã e Venezuela são dois grandes países exportadores de petróleo que, ao reduzirem as exportações, provocam aumento nos preços do barril, influenciando também o dos derivados. Além disso, desde o segundo semestre

do ano passado, um acordo na Opep (Organização dos Países Exportadores de Petróleo), entre Arábia Saudita e Rússia, dois importantes produtores e representantes de polos politicamente opostos dentro da Organização, apontou para a necessidade de recomposição dos preços (leia-se, aumento da cotação internacional). Existem ainda dois fortes movimentos especulativos internacionais: um pela subida dos preços do petróleo, a partir da situação geopolítica apontada aqui, e, outro, contra as moedas dos países emergentes, forçando a alta do dólar estadunidense. No Brasil, somado ao cenário de incerteza política, a valorização do dólar diante do real foi significativa, com grande impacto sobre os preços internos de produtos importados.

A NOVA POLÍTICA DE PREÇOS DA PETROBRAS

Na presidência da Petrobras desde junho de 2016, Pedro Parente imprimiu uma nova política para a definição dos preços de derivados de petróleo no Brasil, adotando a paridade internacional. Isso significa que a Petrobras passou a praticar nas refinarias os mesmos preços dos derivados no mercado internacional². Assim, a partir de outubro de 2016, os preços começaram a sofrer variações mais frequentes e, a partir de julho de 2017, as correções passaram a ser diárias. A paridade internacional de preços veio acompanhada de outras duas decisões, que compõem o quadro

2. A política de preços adotada anteriormente a esse período é melhor descrita em outra seção deste texto, mais adiante.

da mudança na gestão da Petrobras: a redução da produção nas refinarias próprias da empresa e o anúncio da venda de outras quatro no Brasil. Essas medidas abrem espaço para o aumento da participação de empresas privadas no setor e a entrada de capital estrangeiro.

EFEITOS DA POLÍTICA DE PARIDADE INTERNACIONAL DOS PREÇOS DOS DERIVADOS

A decisão da Petrobras de praticar a paridade internacional desencadeou uma série de efeitos sobre a economia brasileira, afetando diretamente os consumidores e também os setores da indústria que utilizam os derivados de petróleo para produzir.

O país se torna mais vulnerável aos efeitos externos, reduzindo a capacidade de intervenção sobre os preços. Isso acontece quando o preço do barril sobe muito (como está acontecendo agora) ou mesmo quando há uma intempérie em países fornecedores de petróleo ou derivados.

O Brasil passa, então, a comprar no mercado internacional um bem que poderia produzir internamente. A produção de petróleo no país, em abril de 2018, foi de 2,6 milhões de barris/dia (sem considerar 673 mil barris de gás natural). Neste mesmo mês, as refinarias da Petrobras processaram 1,6 milhão de barris/dia e o consumo interno de derivados ficou em 2,2 milhões de barris/dia. Assim, mesmo produzindo

400 mil barris de petróleo a mais do que o necessário para atender ao consumo nacional, o país importou³ cerca de 600 mil barris de derivados/dia. Isso aconteceu porque a Petrobras está aumentando a exportação de petróleo cru⁴ e, ao mesmo tempo, reduzindo a utilização de suas refinarias. As refinarias da empresa possuem capacidade de refinar 2,4 milhões de barris/dia, mas estão utilizando apenas 68% dessa capacidade. Além disso, parte dessa produção de derivados está sendo direcionada para atender ao mercado externo⁵.

3. Vale lembrar que todos os países que produzem petróleo sempre importam derivados de outros países, pois depende do tipo de petróleo que cada país produz.

4. No 1º trimestre de 2018, a Petrobras exportou 496 mil barris/dia de petróleo cru.

5. Também no 1º trimestre de 2018, a Petrobrás exportou 190 mil barris/dia de derivados de petróleo.

Como consequência desta política de paridade e redução da produção, cresce a entrada de importadores de derivados de petróleo no país. Segundo dados da Agência Nacional de Petróleo (ANP), hoje existem 392 empresas autorizadas a realizar importações de derivados no país. Dessas empresas, 129 (33%) foram cadastradas depois de 2016⁶.

Na busca pelo aumento da receita fiscal, em julho de 2017, o governo federal reajustou de 9% para 14% a alíquota do PIS/Cofins (Programa de Integração Social/ Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social), que incide sobre a gasolina e o diesel, com impactos ainda maiores sobre os preços finais.

6. Fonte: ANP, Relatório de Licenças de importações, maio de 2018.

A economia brasileira se torna mais suscetível às flutuações do mercado financeiro e aos ataques especulativos. Desde a liberalização e a desregulação financeira no começo dos anos de 1990, os fluxos de capitais de curto prazo e os ataques especulativos com o objetivo de direcionar as políticas nacionais têm se tornado elementos decisivos da economia. Quando se permite que um dos principais bens comercializáveis (e a principal fonte de energia e de transporte) possa variar conforme os fluxos financeiros, a economia nacional se torna ainda mais suscetível aos ataques especulativos. Desta forma, o governo reduz a capacidade de controle sobre a política econômica.

Diante de forte movimento especulativo, ainda que no curto prazo, ganham enormemente os

acionistas privados, boa parte deles de capital internacional.

Por sua vez, o trabalhador brasileiro, como consumidor final, sofre um grande impacto no custo de vida, especialmente em contexto das mais variadas adversidades, como a queda da massa de salários e o aumento do desemprego no país.

Diante de todos esses efeitos, resta uma simples pergunta: se o Brasil tem grandes reservas e consegue, hoje, extrair maior

***O trabalhador brasileiro
sofre um grande impacto
no custo de vida***

quantidade de barris que o total do consumo nacional, por que o petróleo tem que ser vendido a um preço tão mais alto que o custo de produção?

COMO ERA A POLÍTICA DE PREÇOS DOS DERIVADOS ANTES DA ATUAL GESTÃO?

Entre janeiro de 2003 e junho de 2016, a Petrobras optou por manter os preços dos derivados de petróleo mais estáveis, reduzindo o impacto das flutuações internacionais. Ainda que levasse em conta as variações dos preços internacionais, utilizava-se de outros fatores como contrapesos, como os custos e o volume da produção de petróleo e de refinado no país, a variação da demanda por derivados, entre outros.

Nesse mesmo período, a gasolina e o diesel sofreram apenas 15 reajustes de preços (para cima ou para baixo) e, entre 2005 e 2008, não houve nenhuma revisão de valor. O gás liquefeito de petróleo (GLP), o chamado gás de cozinha, não sofreu nenhum reajuste em refinaria entre 2003 e 2014. É



importante lembrar que o preço do produto tem grande impacto sobre os custos de alimentação do trabalhador brasileiro. Não à toa, a recente escalada de preços teve como consequência o aumento do número de famílias que passou a usar a lenha para cozinhar.

Por outro lado, com a nova política, desde junho de 2016, a Petrobras já reajustou 216 vezes os preços da gasolina e do diesel. Para dar ideia do impacto, entre maio de 2017 e abril de 2018, a inflação acumulada pelo Índice de Custo de Vida (ICV/DIEESE) ficou em 2,79%. O aumento ocorrido no subgrupo transporte individual, de 11,47%, foi consequência, principalmente, da alta nos preços médios da gasolina (19,75%), do álcool (15,05%) e do diesel (10,99%); o subgrupo transporte coletivo, por sua vez, teve elevação de 5,35%.

MEDIDAS QUE PODEM **MITIGAR A ATUAL CRISE**

No cerne desse conflito está a disputa sobre quais grupos ganham e quais perdem com a atual política de preços da Petrobras. Ao que tudo indica, o consumidor final acaba, literalmente, pagando a conta, já que os custos de produção (incluindo o transporte) acabam repassados ao preço final, com maior impacto sobre as camadas médias e mais pobres da sociedade.

Uma eventual redução dos preços dos combustíveis via diminuição de impostos implica, necessariamente, renúncia fiscal. Nesse momento de baixa arrecadação e déficit público, em que o financiamento de políticas públicas

já está comprometido, essa solução compromete mais ainda a capacidade de ação do Estado brasileiro. O corte na Cide (Contribuição de Intervenção de Domínio Econômico), no PIS/Cofins ou no ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) resultarão em medidas paliativas, se não houver uma mudança na política do setor de petróleo no Brasil que transforme, de forma mais estrutural, a dinâmica de preços. Além disso, é um custo que novamente será pago pela população.

É fundamental o fortalecimento da capacidade do Estado brasileiro para

É fundamental o fortalecimento da capacidade do Estado brasileiro

MEDIDAS

- ▶ Recuar da política de paridade internacional nos preços dos derivados, principalmente diesel, gás de cozinha e gasolina, e levar em consideração outros fatores, como a produção de petróleo e refino no país, custos para essas produções, câmbio, demanda por derivados.
- ▶ Aumentar o volume de petróleo refinado em refinarias próprias, que atualmente utilizam apenas 68% da capacidade total. Como apontado anteriormente, é possível refinar 2,4 milhões de barris/dia e atender a demanda interna (com cerca de 2,2 milhões/dia), dependendo menos do mercado internacional (seja de produção ou preço dos refinados).

administrar as flutuações externas de custos, reduzindo o impacto da dinâmica geopolítica internacional do petróleo, e, ao mesmo tempo, direcionando a política interna de preços para o atendimento dos interesses dos consumidores. Como empresa estatal, a Petrobras deveria ter a atuação voltada para esses interesses e não favorecer os investidores estrangeiros e especuladores que ganham em torno da livre flutuação de preços.

As empresas estatais diferem das privadas na medida em que, pela natureza, deveriam tomar decisões orientadas pelo interesse coletivo e não apenas por critérios econômico- financeiros. É possível gerir empresas estatais de forma eficiente, sob a perspectiva do interesse público. A análise das experiências de países desenvolvidos mostra a viabilidade de diferentes tipos de gestão no setor público, com

controle social, que possibilitam reduzir acentuadamente problemas relacionados à corrupção e à apropriação indevida por interesses privados.

Conforme mostrado na Nota Técnica 189⁷, do DIEESE, as empresas estatais cumprem importante papel no atendimento aos interesses da sociedade. Entre outras funções, desenvolvem setores de atividade econômica e gestão de recursos estratégicos para a garantia da soberania nacional. Cumprem também o importante papel no provimento de bens e serviços essenciais à vida, conforme define inclusive a Constituição Federal de 1988.

7. Nota Técnica nº 189 - Empresas estatais e desenvolvimento: considerações sobre a atual política de desestatização, de janeiro de 2018. Ver em: <https://www.dieese.org.br/notatecnica/2018/notaTec189Estatais.html>

Nesse sentido, diante do atual cenário, algumas iniciativas podem ser adotadas pela Petrobras e pelo governo federal para tentar resolver o conflito com o movimento que envolve caminhoneiros, com redução de preços também para a população em geral. Vale chamar atenção para o fato de que a principal reivindicação do movimento é a redução dos preços do diesel.

PROPOSTAS DOS ENGENHEIROS E DAS ENGENHEIRAS DA FISENGE

- ▶ Redução dos preços dos combustíveis;
- ▶ Manutenção do emprego e retomada da produção das refinarias;
- ▶ Fim das importações de derivados;
- ▶ Defesa da política de conteúdo local;
- ▶ Valorização da engenharia nacional;
- ▶ Retomada da indústria naval brasileira;
- ▶ Contra a política de privatização da Petrobras;
- ▶ Resgate do Estado democrático de direito.

Juliana Gama 18
@garrampo



Oportunidades & Possibilidades

recebemos de cabeça erguida.

*Benefícios e prestações assistenciais
Previdência Complementar
Plano de Saúde
Convênios*

*A Mútua está em todo o Brasil!
Acesse www.mutua.com.br ou ligue 0800 61 0003,
localize a sua regional e associe-se!*

CONFEA  **CREA**
Conselho Federal de Engenharia e Agronomia Conselhos Regionais de Engenharia e Agronomia



MÚTUA
CAIXA DE ASSISTÊNCIA DOS PROFISSIONAIS DO CREA

A Mútua oferece benefícios e prestações assistenciais aos profissionais com registro no Crea, associados, e dependentes.



/MutuadeAssistencia



@comunicaMutua



TV Mútua



mútua



SINDICATOS FILIADOS



PATROCÍNIO



 www.fisenge.org.br

 facebook.com/federacaofisenge

978-85-64757-07-3